



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA TURMA ESPECIAL**

Processo nº 13732.000160/2005-59
Recurso nº 157061 Voluntário
Matéria Multa por Atraso na Entrega DIPJ
Acórdão nº 191-00.009
Sessão de 15 de setembro de 2008
Recorrente Associação de Apoio à Escola Estadual Lincoln Barbosa de Castro
Recorrida 5ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO - RJ. I

Assunto: Obrigações Acessórias

Exercício: 2004

Ementa: MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DE DIPJ.
ENTIDADE ISENTA. INCIDÊNCIA.

A concessão de isenção de imposto de renda a associação civil sem fins lucrativos não exime a entidade das obrigações acessórias, tais como observar a entrega das DIPJ no prazo legal.

Recurso Voluntário Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da Primeira Turma Especial do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ANTÔNIO PRAGA
Presidente

ANA DE BARROS FERNANDES
Relatora

FORMALIZADO EM: 20 OUT 2008

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros MARCOS VINÍCIUS BARROS OTTONI e ROBERTO ARMOND FERREIRA DA SILVA.

Relatório

A associação em epígrafe foi autuada a recolher multa por atraso na entrega da DIPJ relativa ao exercício financeiro de 2004 – fls. 02.

Inconformada, impugnou o lançamento alegando ser uma entidade sem fins lucrativos e estar em dificuldades financeiras (fl. 01). A DRJ/Rio de Janeiro I, por Acórdão exarado pela 5ª Turma, manteve o lançamento por inexistir na lei hipótese que autorize a dispensa do lançamento na questão suscitada (Ac. nº 12-12.745/2006 – fls. 43 a 45).

A recorrente, tempestivamente, interpõe Recurso Voluntário requerendo a reforma do Acórdão proferido pela DRJ/RJOI, alegando em síntese:

- a) a entrega da DIPJ em atraso foi espontânea, não podendo subsistir o lançamento da multa por força do artigo 138 do Código Tributário Nacional - CTN;
- b) a aplicação do artigo 172 do CTN, em vista de não haver ocorrido prejuízo aos cofres públicos;
- c) que, não sendo acatadas as razões anteriores, este Conselho de Contribuintes outorgue os benefícios concedidos pelo PAEX, com redução da multa em 80%.

É o relatório.

Voto

Conselheira ANA DE BARROS FERNANDES, Relatora.

Depreende-se do relatório que a recorrente não se insurge contra os fundamentos do lançamento, ou seja, é incontrovertido o fato de que apresentou a DIPJ relativa ao ano-calendário de 2003 em atraso.

Insurge-se somente quanto à autuação, entendendo, equivocadamente, que, primeiro, pelo fato de haver entregue espontaneamente a DIPJ não deveria ser autuada e, segundo, que estando isenta do pagamento de impostos, a autoridade administrativa pode conceder remissão do crédito tributário, nos termos do artigo 172 do CTN (Lei nº 5.172/66).

Deve ser esclarecido à recorrente que nenhum dos dois argumentos merecem ser acolhidos, pois a denúncia espontânea esposada no artigo 138 do CTN exclui a responsabilidade do sujeito passivo no que se refere à multa de ofício imposta pelo não pagamento do tributo, devendo, por força do disposto no mesmo artigo, ser acompanhada do pagamento do tributo e dos juros moratórios, sem os quais não pode ser invocada.

Ainda, pois, que se pudesse aplicar o dispositivo às obrigações acessórias, por hipótese, de nada aproveitaria a autuada, pois concomitante à multa por atraso na entrega não

X

J

está sendo cobrado qualquer outro encargo punitivo, devendo esta já ter sido paga, no momento da entrega da DIPJ, em atraso, para que os efeitos da 'denúncia espontânea' surtissem.

A obrigação acessória, nos termos do artigo 113, parágrafos 2º e 3º, do CTN, decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações de informações no interesse da arrecadação ou fiscalização de tributos, convertendo-se em obrigação principal, de pagamento de penalidade pecuniária, multa, pela simples inobservância de seu cumprimento, como é o caso.

O artigo 167 c/c o artigo 808, § 3º, ambos do Regulamento do Imposto de Renda vigente, estipulam como obrigação acessória, para as entidades isentas, a entrega de Declaração de Isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

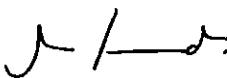
Também inaplicável o artigo 172 do CTN à situação sob análise, ainda que a situação econômico-financeira da associação seja precária, porquanto a remissão de crédito tributário prevista no dispositivo importa em autorização legislativa, ou seja, edição de lei, específica, que autorize a autoridade administrativa a conceder a invocada remissão, inexistente no presente caso.

A atividade administrativa do lançamento é vinculada e obrigatória, não podendo a autoridade administrativa do lançamento ou de julgamento dispensá-la, sem que haja autorização expressa por lei, por força do princípio da legalidade.

Com relação ao requerimento final, no que concerne a este Conselho permitir que a recorrente ingresse no PAEX – Parcelamento Excepcional, instituído pela Medida Provisória nº 303/06, tal pleito é totalmente descabido, fugindo à competência deste órgão de julgamento deferi-lo, devendo a autuada comparecer à unidade de jurisdição para obter informações quanto às formas de pagamento possível do crédito tributário, esclarecendo-lhe, desde já, que o parcelamento especial a que se referiu teve adesões encerradas em 15 de setembro de 2006 e estas importavam na desistência de recursos administrativos por ventura interpostos e que a redução da multa em 80% seria aplicada desde que referentes à obrigação de apresentação vencida até 28 de fevereiro de 2003, o que não é o caso, haja vista que o prazo final para a entrega da DIPJ/04 foi 31/05/2004.

Pelo exposto, voto pela manutenção do lançamento consubstanciado no Auto de Infração de fls. 02.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 2008


ANA DE BARROS FERNANDES

